



PROGRAMA DE GOVERNO PARA O RIO GRANDE DO NORTE – ELEIÇÕES 2022

Por um RN Socialista, governado pelos trabalhadores e o povo potiguar! Basta de fome, desemprego e de oligarquias no poder!

A crise econômica e social se aprofundou com o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) e com a crise sanitária. A fome e o desemprego atingem grande parte da população, sobretudo nas periferias. Soma-se a isso o racismo, o machismo, a LGBTIfobia, a violência policial, o assassinato de indígenas e a destruição do meio ambiente.

A resposta dos governos e patrões para esta crise é tirar ainda mais dos pobres e dos trabalhadores. Aplicam reformas como a previdenciária e a trabalhista, cortam salários, demitem trabalhadores e cortam direitos. Mesmo diante desse cenário, os lucros de um punhado de ricos continuam crescendo.

Bolsonaro é o principal responsável pelos problemas dos trabalhadores e trabalhadoras. Aplicou a reforma da Previdência; é responsável pela maioria das quase 700 mil mortes ocasionadas pela Covid-19, pois atuou de forma genocida no enfrentamento à pandemia; não combate a carestia e a fome e fortalece com seu discurso de ódio a violência contra negras e negros, indígenas, mulheres e LGBTIs.

Em ano de eleição, os políticos que sempre governaram aparecem novamente com as mesmas promessas. Mais uma vez, o PT se junta com os nossos inimigos e diz que vai resolver os problemas dos trabalhadores. Lula e Alckmin não vão enfrentar os privilégios dos bilionários nem acabar com a exploração dos capitalistas sobre o povo. Pelo contrário, vão governar com e para eles. É urgente derrotar Bolsonaro, a extrema-direita e barrar as políticas de morte e fome. Mas isso não se faz em aliança com a burguesia, como querem Lula e o PT.

Em 2022, a chapa do PSTU faz parte do Polo Socialista e Revolucionário, um bloco nacional de ativistas e outras organizações que não concordam com a aliança de classes da chapa Lula/Alckmin e defendem uma alternativa de independência de classe, revolucionária e socialista para o Brasil. Por isso vamos com Vera Lúcia presidente e Raquel Tremembé vice! Uma chapa que representa o Brasil da classe trabalhadora: operária, negra, mulher, indígena e socialista. É preciso uma alternativa revolucionária que revogue todas as medidas e reformas contra os trabalhadores, reestatize o que foi privatizado e avance sobre o patrimônio dos 315 bilionários do Brasil, que ficam com quase toda a riqueza produzida pelos trabalhadores desse país.

No Rio Grande do Norte, a situação não é diferente. A governadora Fátima Bezerra (PT) tenta a reeleição ao lado das oligarquias que sempre nos atacaram, com Walter Alves (MDB) como vice-governador e Carlos Eduardo Alves (PDT) como candidato ao Senado. Fátima e o PT estão ressuscitando os Alves, fazendo o jogo da direita e das oligarquias do estado. Não governaram para os trabalhadores, e sim para os ricos e poderosos. Prova disso é que mais de 1 milhão de pessoas vive na miséria no RN. Ao mesmo tempo, a oposição bolsonarista de Fábio Dantas (com Rogério Marinho) e do senador Styvenson Valentim nada têm a oferecer aos trabalhadores potiguar, a não ser a mesma miséria e desemprego que Bolsonaro impôs ao Brasil.

Para piorar, em um estado governado por uma mulher, cuja origem é popular, mas a política aplicada é das oligarquias, a violência machista só aumenta. Isso porque a governadora não rompeu com os interesses dos ricos e poderosos, e abandonou qualquer vestígio de luta dos trabalhadores que um dia teve. Um dos seus maiores ataques foi a reforma da Previdência estadual, aprovada durante a pandemia. Deixou os servidores e servidoras da saúde à própria sorte no auge da crise sanitária ao não garantir EPIs de qualidade, não adotou o lockdown e fechou o hospital de Canguaretama e o Ruy Pereira. Não basta ter origem popular; tem que governar para a nossa classe.

Precisamos lutar e nos organizar com independência de classe, exigir a revogação de todas as medidas contra os trabalhadores e trabalhadoras, cobrar os ricos devedores do estado e taxar as grandes fortunas, por exemplo. É preciso um Estado Socialista dos Trabalhadores e do Povo Organizado. Basta de oligarquias, ricos e poderosos no poder! Só uma alternativa socialista e revolucionária, apoiada em conselhos populares, pode governar enfrentando os interesses das oligarquias, da extrema direita bolsonarista e garantir os direitos da classe trabalhadora potiguar.

Por isso vamos com Rosália Fernandes Governadora; Socorro Ribeiro vice, Dário Barbosa Senador, Ana Célia Deputada Federal e Luciana Lima Deputada Estadual!

PROGRAMA DE GOVERNO

- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E INFRAESTRUTURA

Combater a fome, zerar o desemprego e desenvolver o RN para os trabalhadores

Segundo o IBGE, o desemprego no Rio Grande do Norte atinge 222 mil potiguares; a pobreza e a extrema pobreza afetam 1/3 da população. A miséria cresceu 21,6% no nosso estado. Sob o capitalismo e com governos traidores, como os do PT, os ricos ficaram cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres. Bolsonaro (PL) ataca e destrói os direitos dos trabalhadores no Brasil inteiro, e é o principal responsável pela crise social que vivemos. Mas aqui no RN a governadora Fátima Bezerra (PT) não moveu uma palha para enfrentar a situação de calamidade do povo potiguar. Pelo contrário, resolveu se unir mais uma vez com a direita e as oligarquias do estado (Walter Alves, Carlos Eduardo e companhia). O PT, sim, é a “esquerda” que a direita adora.

Atualmente, o RN tem segunda maior desigualdade do Brasil e os mais pobres aqui tiveram uma queda de 30% na renda em 2021, segundo a PNAD/IBGE. Enquanto isso, os mais ricos aumentaram seus rendimentos em 3%. Esta situação é parte da destruição social promovida nacionalmente por Bolsonaro (PL), mas também demonstra o descaso da governadora Fátima Bezerra (PT), que nada fez

para enfrentar as consequências da desigualdade capitalista e do desastre bolsonarista. Há no RN milhares de pessoas sem moradia, em situação de rua, com fome e sem emprego e na informalidade. No estado governado por Fátima, não existe política de desenvolvimento social e econômico para os trabalhadores, com salário decente e direitos, muito menos um planejamento de obras públicas que garanta a infraestrutura necessária para a população mais pobre do estado, como saneamento, escolas, hospitais e moradias.

Há muita fome, desemprego e descaso com os serviços públicos no RN, e nenhuma medida concreta do governo que enfrente essa realidade. Para combater o desemprego e a fome, precisamos avançar contra o aumento da exploração e da acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria de ricos e poderosos. Aqui no estado, vamos cobrar um forte Imposto Progressivo sobre o faturamento das grandes empresas, aliando isso à aplicação de um Plano de Obras Públicas e Estatais no RN. Esse plano de obras públicas deve absorver a mão de obra desempregada e construir os equipamentos sociais tão necessários ao desenvolvimento social e econômico do estado, como hospitais, escolas, estradas, saneamento básico, moradias populares e demais necessidades do RN.

Esta medida inicial pode atacar de forma simultânea três graves problemas enfrentados pela população: o desemprego, a ausência de renda e o baixo desenvolvimento social do estado. Ao lado deste plano de obras, também teremos uma política de realização de concursos públicos, visando zerar o déficit de servidores nos serviços essenciais, como saúde, educação e segurança. Nosso objetivo é, a partir de um planejamento das obras públicas e dos concursos, estabelecer metas de geração de empregos a serem cumpridas pelo governo anualmente, buscando zerar o problema até o final do mandato. Entretanto, nos primeiros seis meses do governo, já pretendemos ter os efeitos iniciais desse planejamento impactando a geração de empregos.

Não iremos ceder às chantagens das grandes empresas sobre a geração de empregos e a isenção fiscal. Os grandes capitalistas exigem não pagar impostos para se instalarem no estado com a desculpa de que estão gerando empregos. Enquanto isso, as pequenas e microempresas, que são as que mais geram emprego no país, sofrem para pagar os impostos. Precisamos inverter essa lógica e impulsionar o desenvolvimento e o incentivo aos pequenos negócios no RN, com uma política de isenção fiscal para este setor, ao mesmo tempo que precisamos aumentar a arrecadação de impostos do estado sobre as grandes empresas, que lucram muito e pagam pouco.

Defendemos que o estado deixe de ser um estado das oligarquias, dos ricos e poderosos, e passe a ser um estado dos trabalhadores e do povo do RN. Não há saída para os trabalhadores e o povo potiguar se não rompermos com a dominação das oligarquias, dos ricos e poderosos do estado.

Propomos:

- Cobrar e executar a Dívida Ativa (cerca de R\$ 9 bilhões) do Estado, cujos maiores devedores são grandes empresas, e aplicar os recursos no desenvolvimento do RN;
- Criar um Imposto Progressivo sobre o faturamento das grandes empresas do RN;
- Inverter a política fiscal de isenções no estado, garantindo isenções aos pequenos e micro negócios, e sobretaxando as grandes empresas, a exemplo da Guararapes;

- Preparar e executar um Plano de Obras Públicas e Estatais no RN, que absorva a mão de obra dos trabalhadores desempregados e que construa os necessários equipamentos sociais, como escolas, hospitais, moradias, estradas, saneamento, transporte etc.;
- Realizar os concursos públicos necessários para zerar o déficit dos serviços essenciais, como saúde, educação, segurança e administração;
- Combater a fome através de uma política emergencial, com a distribuição de cestas básicas e dobrando o número de restaurantes populares no RN (hoje são apenas 56);
- Legalizar e urbanizar as ocupações existentes no RN;
- Confiscar, para fins sociais de moradia popular, os terrenos, apartamentos e mansões – pertencentes a grandes empresas e grandes empresários – usados para especulação imobiliária.

- SAÚDE PÚBLICA

Dobrar o investimento em saúde pública do RN e estatizar a rede privada de saúde

A pandemia foi um teste muito duro para a saúde pública no país, desnudou e retratou a política de desmonte, sabotagem e sucateamento do SUS, além da privatização dos serviços de saúde. Houve um colapso do sistema no país inteiro: sem leitos de UTI's, anestésicos, oxigênio, equipamentos de proteção individual (EPIs) e profissionais. Essa situação estaria muito pior se não fosse o SUS, que é fruto de uma conquista do povo brasileiro, mas que vem sendo atacado há décadas por todos os governos ao longo dos anos. Para os ricos, não faltam remédios, exames e leitos de UTI. Para os pobres, é a miséria, a barbárie da falta de consultas, exames, medicamentos e leitos para internação. E para os profissionais de saúde, a sobrecarga de trabalho, baixos salários, mortes, assédio moral, sexual, e o adoecimento físico e mental.

No RN, a situação NÃO foi e NÃO é diferente. Passamos e vivemos os mesmos graves problemas. Enquanto chamava os servidores da saúde de heróis na TV e nas redes sociais, a governadora Fátima Bezerra (PT) não garantia EPI's suficientes e adequados à segurança no atendimento, isso em pleno auge da pandemia. Faltavam insumos nos hospitais, equipamentos e medicamentos. Nestas condições, os servidores deram não somente a sua força de trabalho, mas as suas próprias vidas no combate a Covid-19. A imensa maioria dos que morreram foram do grupo de risco, pois a governadora não garantia a eles o direito de se afastar do trabalho sem perdas na remuneração.

Além disso, Fátima não atendeu ao pedido de lockdown feito pelo Sindsaúde/RN, como medida urgente para conter o avanço da pandemia e diminuir a sobrecarga dos trabalhadores da saúde. Na verdade, atendeu a prefeitos e empresários e flexibilizou as medidas de restrição de enfrentamento à pandemia da Covid- 19 no estado. A governadora foi na contramão das recomendações do comitê científico estadual de prorrogar por mais dias as medidas restritivas em vigor no período. Com isso, autorizou a retomada dos serviços não essenciais, agradando os interesses dos empresários e aliados políticos. Ao mesmo tempo, não desenvolveu nenhuma política que garantisse renda aos trabalhadores e pequenos comerciantes que precisaram ficar em casa.

A saúde pública do RN vive realmente um caos. A população sofre com a espera em filas gigantes por leitos de UTI, cirurgias, consultas e exames. O governo Fátima, ao invés de amenizar essa calamidade, fechou as portas de mais hospitais, como o Hospital de Canguaretama, o Hospital Ruy Pereira e ainda desmontou hospitais de urgência no interior, sobrecarregando a capital e superlotando os corredores dos grandes hospitais.

O governo avançou com a privatização e a terceirização na saúde pública, com empresas e cooperativas que se instalaram dentro dos hospitais públicos, ocasionando sobrecarga e esgotamento dos demais profissionais de saúde, além do aumento da precarização do trabalho, contratos temporários e processos seletivos de profissionais com salários irrisórios e sem direitos trabalhistas. Hoje existe um déficit de mais de 2 mil profissionais na rede pública de saúde no RN.

Em um estado governado por uma mulher, temos uma taxa de mortalidade materna de 64,11%, acima da média nacional. A falta de acesso aos serviços de saúde, exames e o alto índice de cesarianas são pontos que podem levar a um quadro de mortalidade materna. Segundo o Ministério da Saúde, 92% dos casos de mortalidade materna são evitáveis. É urgente expandir a Rede de Atendimento à Mulher, com o fortalecimento do segmento pré-natal para a redução de mortes maternas, com estrutura de equipamentos e profissionais, desde a atenção primária até o parto.

É preciso rever a atual política de investimentos na saúde. O governo do RN vem variando o percentual nos gastos com saúde entre 2017 e 2020. Fátima Bezerra não tem feito muito diferente dos governos anteriores. Nos últimos 3 anos, tem se aplicado pouco mais de 12% da Receita Corrente Líquida de Impostos, que é o mínimo constitucional. Em 2020, o valor ficou em 13,82%, um pouco acima em relação a 2019 (12,20%). É muito baixo se considerarmos que foi um ano de pandemia, que claramente mostrou a necessidade de aumentarmos os investimentos. Mesmo com o quadro de calamidade, os recursos da saúde em 2022 ficaram apenas no limite de 12%, conforme levantamento do Instituto latino Americano de Estudos Sócio Econômico (ILAESE).

Entretanto, os gastos com a terceirização da saúde, durante o governo Fátima, cresceram em 2019, 2020 e 2021. São contratos milionários com cooperativas médicas, empresas de outros profissionais e de serviços com valores altíssimos. A terceirização tem saído bem mais cara para o estado do que o serviço público direto. Cresce também a todo vapor a rede de saúde privada, surgindo hospitais, clínicas particulares e laboratórios privados, além dos planos de saúde. A população se vê obrigada a recorrer ao setor privado, que também recebe recursos do SUS, e faz da saúde cada vez mais uma mercadoria.

É preciso duplicar o orçamento do Estado na Saúde Pública

O subfinanciamento está a serviço da privatização da saúde. Nossa proposta é duplicar o orçamento do estado com a saúde pública e fechar a torneira dos recursos do SUS que hoje são destinados à saúde privada. Vamos investir, todo ano, 25% da Receita Corrente Líquida do Estado na Saúde Pública.

Com este financiamento, vamos construir hospitais, reformar e reabrir os que foram fechados e garantir no orçamento os recursos para manutenção.

Nosso compromisso é estender o atendimento do Programa de Saúde da Família com toda a equipe multidisciplinar para 100% da população do RN. Com isto, investiremos na saúde preventiva da

população. Vamos combater o sucateamento e o desmonte do SUS. A saúde não pode ser uma mercadoria, a vida ou a morte das pessoas não pode ser definida pela quantidade de dinheiro que elas têm no bolso.

Estatização da Saúde Privada

Vamos fazer uma campanha estadual e nacional, junto com Vera Presidente, pela estatização da Saúde Privada e para que se invista 10% do PIB na Saúde Pública. Todos os hospitais, clínicas e a infraestrutura de saúde devem pertencer e ser operados pelos governos federal, estaduais e municipais, junto com os conselhos populares da saúde.

Propomos encampar as instituições privadas sem fins lucrativos para pertencerem à rede pública. No nosso governo socialista, o Sistema Único de Saúde (SUS) não será desmontado, será fortalecido e efetivado.

Propomos:

- Dobrar o orçamento do Estado na Saúde Pública;
- Convocação imediata de todos os aprovados no concurso público de 2018;
- Realização de um novo concurso público para contratar os profissionais de saúde necessários à garantia de um bom atendimento à população;
- Aplicação de uma nova atualização do Plano de Carreira para os profissionais da saúde, com jornada de 30 horas semanais;
- Acabar com a terceirização e a privatização dos serviços, absorvendo os terceirizados para o quadro de funcionários do Estado, através de concurso interno para qualificação profissional destes trabalhadores, que passariam a gozar dos mesmos deveres e direitos dos funcionários públicos concursados;
- Garantir e realizar eleições para gestão democrática nos hospitais e unidades de saúde do estado.

- EDUCAÇÃO PÚBLICA

Resolver a crise da Educação Pública com 10% do PIB já e 25% da Receita Estadual

A pandemia da Covid-19 deixou marcas profundas na educação do RN e desnudou as necessidades urgentes do sistema de educação do estado, fruto do descaso de consecutivos governos. As aulas remotas exigiam equipamentos e internet para estudantes e professores durante a pandemia, mas o governo Fátima (PT) decidiu, politicamente, por não aplicar os recursos disponíveis.

A queda no número de matrículas mostra que os investimentos no setor não superam as necessidades. Conforme Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), votado pela Assembleia Legislativa do RN para 2022, os investimentos em educação no estado sofreram em redução na Receita Corrente Líquida e Transferências (RCLT), sendo apontado pelo governo, como projeção de complemento, os recursos oriundos dos precatórios do FUNDEB.

A rede pública de educação do Rio Grande do Norte perdeu 5,8 mil alunos de turmas do ensino fundamental durante a pandemia de Covid-19. A queda de 6,48% no número de matrículas foi registrada em dois anos, entre 2019 e 2021, de acordo com o Censo Escolar 2021, elaborado pela Diretoria de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Na rede municipal, maior responsável pela oferta do ensino fundamental, principalmente dos anos iniciais, a redução foi mais tímida: 0,28%, o que está dentro dos patamares de estabilidade.

O levantamento mostra que as matrículas nas turmas de 1º ao 9º do ensino fundamental da rede estadual passaram de 90,8 mil em 2019 para 88,1 mil em 2020 e caíram para 84,9 mil no ano passado. De 2019 para 2021, 4.410 estudantes deixaram de se matricular nas turmas de 1º ao 5º ano do fundamental na rede pública estadual de ensino. Já nas turmas dos anos finais, a redução foi de 1,4 mil alunos, conforme apontam as planilhas do Censo Escolar 2021.

Há quase 800 mil alunos matriculados na educação do RN, que enfrentam todos os dias problemas como falta de internet, esgotamento sanitário, pátio ou quadra descoberta, e até falta de água potável. Em 36,6% das escolas, não há um pátio ou quadra de esportes com cobertura para alunos e professores. A falta de internet atinge 499 colégios, o equivalente a 15% das unidades de ensino, enquanto a deficiência de internet banda larga — com maior qualidade — é ainda mais grave: 35% delas, ou 1.208 escolas, não têm essa cobertura. Os dados são do Censo Escolar 2021, que mostra ainda colégios sem esgotamento sanitário, seja da rede pública ou fossa, e uma unidade em Natal que sequer possui banheiro. O levantamento foi organizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

A redução nos investimentos e a paralisia do governo em relação ao setor da educação provocou, por exemplo, desabamento de teto de escolas, baixa qualidade no desenvolvimento do ensino e na aprendizagem durante a pandemia, além de evasão e redução das matrículas.

Na escola pública, a reforma do Ensino Médio e o novo currículo servem apenas para formar trabalhadores cada vez mais adaptados à nova lógica do mercado, ou seja, a lógica da superexploração, com o mesmo discurso falso de modernização. A educação pública hoje é muito precária. Vemos cada vez mais cortes, os professores têm seus salários atrasados, salas superlotadas, sem condições mínimas para dar aulas. Muitas vezes, os estudantes saem do Ensino Médio sem saber ler e escrever. Com a reforma, tudo isso se aprofunda.

As disciplinas obrigatórias mudam das diversas que temos hoje para apenas português, matemática e inglês, que serão 60% das aulas. As demais matérias, como história, geografia, educação física, filosofia e sociologia, deixam de ser obrigatórias e passam a fazer parte de um itinerário formativo.

Como as matérias obrigatórias serão apenas três e os alunos podem cumprir 40% do Ensino Médio fora da escola, milhares de professores terão muito mais dificuldade para conseguir aulas. O ensino da EJA (Educação de Jovens e Adultos) pode ser extinto devido ao aumento da carga horária. Os estudantes da EJA vão acabar cumprindo o Ensino Médio totalmente à distância.

Por isso, somos contrários à implantação da Reforma do Ensino Médio! É preciso garantir e ampliar a quantidade de matérias no currículo escolar nas escolas públicas do RN; não à BNCC. Contra qualquer processo de privatização do ensino médio.

Propomos:

- Com Vera Presidente, lutar pelo investimento de 10% do PIB em educação pública já (nas 3 esferas de governo), retomando o investimento público apenas no setor público;
- Destinar 25% da receita líquida do Estado para a educação pública, garantindo que nenhuma criança ou adolescente fique fora da Escola;
- Garantir que todas as unidades de ensino do Estado ofereçam equipamentos de qualidade e formação profissional permanente;
- Estabelecer que o Piso Profissional Salarial seja corrigido anualmente pelo piso salarial do DIEESE e que as dívidas do Estado com os profissionais da educação sejam reconhecidas e pagas;
- Para isso, serão necessários investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões, compartilhados entre os governos federal, estadual e municipais, garantindo que todas as crianças e jovens do RN estejam nas creches, escolas e universidades. O governo socialista do PSTU entraria com 42% deste valor, ficando os 58% restantes a serem negociados com todas as Prefeituras do RN e o Governo Federal;
- Todo o sistema educacional deve ser estatizado e totalmente gratuito, operado pelos governos federal, estadual e municipais, junto com os conselhos populares da educação. Defendemos um projeto de educação que garanta igualdade e qualidade para todos, universalizando o acesso e a permanência;
- Acabar com toda a terceirização na educação e absorver os terceirizados para o quadro de funcionários do Estado, através de um Projeto de Lei que incorpore os trabalhadores terceirizados com um contrato de trabalho na esfera da administração estadual. Realizar concurso público imediato para suprir as necessidades de pessoal administrativo e de apoio geral nas escolas;
- Realizar cursos para qualificação profissional destes trabalhadores. Punição e fim das empresas terceirizadas que exploram e oprimem os trabalhadores, negando seus direitos e ameaçando constantemente de demissão.

- CULTURA

Combater a privatização da cultura e da arte, ampliando o investimento estadual em espetáculos, manifestações culturais e artistas locais!

No capitalismo, o acesso à cultura é desigual, principalmente para os negros. No Brasil, de acordo com o IBGE, 44% dos negros vivem em cidades sem salas de cinema, contra 34% de pessoas brancas; 37% dos negros vivem em cidades sem museus, contra 25% de pessoas brancas. Dados do IPEA mostram que 70% dos brasileiros nunca foram a um museu ou centro cultural. Na sociedade capitalista, a exclusão econômica dos trabalhadores e do povo pobre é também uma exclusão cultural.

O Brasil tem cerca de 12 milhões de trabalhadores da arte e da cultura, entre artistas, técnicos, gestores de projetos, funcionários administrativos etc. Na pandemia, em 2020, 870 mil destes profissionais ficaram desempregados, considerando os dados oficiais. Dos 12 milhões de

trabalhadores da arte e da cultura, 40% não contribuem para a previdência social e vivem na informalidade, sem direito a aposentadoria e outros benefícios. As mulheres representam 52% desse setor e foram profundamente afetadas nesse período.

Nesse contexto, Bolsonaro é inimigo declarado de toda forma de arte e cultura independentes. O governo não mede esforços para sucatear e atacar o setor. Para ele, a produção artística serve apenas aos seus interesses eleitorais, comerciais e ideológicos, de guerra contra as LGBTIs, mulheres, negros e negras. Tanto é assim que Bolsonaro não pensou duas vezes em extinguir o Ministério da Cultura.

Em 2021, o Fundo Nacional de Cultura (FNC) tinha um orçamento de R\$ 1,27 bilhões, o que já era muito pouco para cerca de 12 milhões de artistas e profissionais, mas mesmo assim Bolsonaro e a Secretaria Especial de Cultura executaram apenas R\$ 9,45 milhões do Fundo. O restante acabou indo para pagar a agiotagem da dívida pública da União. Além disso, Bolsonaro vetou as leis Paulo Gustavo (PLP 73/2020) e Aldir Blanc 2 (PL 1518/2021), bloqueando cerca de R\$ 6,8 bilhões em recursos que iriam para os trabalhadores da arte e da cultura em 2022.

Apesar das promessas dos governos, inclusive da governadora Fátima Bezerra (PT), a Cultura continua relegada pelo Estado. A pandemia escancarou ainda mais o descaso do próprio governo com os trabalhadores deste setor. O resultado é um processo acelerado de privatização da arte e da cultura, sendo transformada em negócio e um privilégio para poucos. É preciso reafirmar, somando nossa voz ao conjunto dos artistas e trabalhadores da cultura, que não poderá haver uma cultura verdadeiramente livre se ela não serve para garantir a liberdade do povo.

Para o PSTU, um governo socialista dos trabalhadores deve promover um programa estatal de incentivo à arte e à cultura, administrado democraticamente por conselhos populares de artistas e trabalhadores do setor. Os recursos destinados à área devem contemplar toda a diversidade cultural, sem censura ou interferência estatal sobre a produção artística. Defendemos também que o plano de obras públicas do Estado abarque a construção de salas de cinema popular, bibliotecas, praças, teatros e museus, beneficiando principalmente as periferias. Junto a isso, propomos que a arte e a cultura sejam integradas com a educação pública, garantindo o ensino da arte nas escolas e o acesso do povo à produção artística e cultural desde a infância no sistema educacional.

Propomos:

- Desenvolver políticas culturais que priorizem os trabalhadores e a juventude com o objetivo de torná-los protagonistas das ações culturais no Estado;
- Estabelecer a Cultura e as Artes como um serviço público, como saúde, educação, transporte, etc., com financiamento do Estado de forma ampla, orçamento próprio e compatível;
- Fomentar a produção cultural no Estado, tendo como eixo o financiamento público com a definição de leis de fomento setoriais para cinema, dança, música, literatura, artesanato popular e expressões culturais emergentes;
- Impulsionar o ensino das artes e educação artística em todas as escolas públicas. Toda criança deve sair da escola com habilitações artísticas;
- Criar as Escolas de Arte Estaduais, que possibilitem a formação e capacitação;

- Estimular a atividade cultural realizada nas regiões do Estado, desde as culturas tradicionais até as culturas emergentes e contemporâneas, com destaque aos Festivais de Cultura e atividades de cineclube;
- Instituir o Conselho Estadual de Cultura, estruturado por representantes de Conselhos Locais de Cultura, com a participação de grupos organizados da população, produtores culturais e representações de trabalhadores, com o objetivo de elaborar e executar um Plano Estadual de Cultura.

- SEGURANÇA PÚBLICA

Desmilitarizar a PM, garantir os direitos dos policiais e a proteção dos trabalhadores

Para as elites empresariais do país, o papel das polícias nunca foi garantir a segurança pública, proteger a segurança do público, da população. O que elas querem das forças policiais é que protejam a sua propriedade e os seus interesses econômicos. Estas elites têm uma visão de posse das polícias, as tratam como se fossem suas propriedades. Por isso há tanto escândalo quando a polícia prende um grande empresário ou banqueiro; por isso os ricos se dão o direito de tratar os policiais como se fossem seus capachos. É através do Estado e dos governos que elas exercem esse controle, especialmente sobre as PMs que, além de ter o maior efetivo, tem uma estrutura militarizada, o que facilita esse objetivo.

Na Ditadura Civil Militar que governou o país de 1964 a 1984, o Exército Brasileiro usou e abusou das PMs no combate contra os setores que se opunham ao regime militar, os tais “inimigos internos”. Reforçou enormemente a mentalidade militarista dessas polícias, institucionalizou sua estrutura organizacional e de comando à semelhança do Exército com o Decreto-Lei 317/67, e definiu as PMs como forças auxiliares do Exército - o que foi mantido pela constituição de 1988, através do parágrafo 6º do artigo 144. Um exército se organiza para enfrentar inimigos, para matar ou morrer. Essa lógica, trasladada à PM e outras forças policiais utilizadas pelas Forças Armadas naquele período, estão na base da ideia de que “bandido bom é bandido morto”. Não é sem razão que foi nesse período que surgiram os chamados “esquadrões da morte” compostos, em geral, por policiais.

Naquele período, a justificativa era combater a “ameaça comunista” – coisa que o presidente Bolsonaro junto com setores evangélicos – tenta reviver nos dias de hoje. Depois passou a ser a “Guerra às Drogas”. No entanto, uma e outra justificativa não passam de subterfúgios. Na verdade, sempre se tratou de usar as Forças Armadas e as instituições policiais para defender os interesses das elites empresariais e políticas. Por isso a PM, na dita “guerra às drogas”, invade comunidades pobres atirando, mas não faz o mesmo nos bairros da classe rica. Como todos sabemos, o resultado da doutrina da “guerra às drogas”, aplicada por décadas a fio, gerou apenas o aumento exponencial da violência, sem reduzir o comércio de drogas ilícitas no país.

O mesmo se verifica no papel repressivo da PM contra a luta dos trabalhadores e da parcela mais pobre da população por uma vida melhor. O direito de greve é garantido na Constituição. No entanto, o trabalhador não pode organizar um piquete de greve na porta da sua fábrica; enquanto a polícia pode, a pedido do patrão, debelar o piquete e pressionar todos a trabalhar. Uma família pobre, sem moradia, não pode ocupar um terreno vazio para construir um teto sob o qual morar; mas a polícia

pode expulsá-la do terreno vazio, muitas vezes debaixo de bombas e golpes de cassetete, apesar de a CF garantir àquelas famílias o direito à dignidade humana, o que obviamente inclui um teto para morar. Mas o tratamento que a Justiça dá aos grupos de grileiros, de latifúndios rurais e urbanos, pagos pelos ricos, não é o mesmo dado aos pobres. Isso é assim porque o papel reservado às forças policiais é o de defender os interesses do dono da fábrica que está em greve e a propriedade do dono do terreno que foi ocupado. Não interessa a legitimidade das reivindicações e nem mesmo os direitos que a lei assegura àqueles trabalhadores e àquela população que luta por uma vida melhor para suas famílias.

É preciso mudar radicalmente essa realidade.

A disciplina militar, que rege a organização e a atuação das polícias militares, não é ruim apenas para os praças. Também é ruim para a população. É através dos Regulamentos Disciplinares das PMs que se eterniza esse controle ditatorial que os Comandos e Governos Estaduais têm sobre os policiais. Comandantes, governadores, deputados e membros do poder judiciário utilizam esse poder de controle para defender os interesses econômicos e políticos dos grandes empresários e dos próprios governantes, ao invés de garantirem efetivamente a segurança da população.

A luta pela desmilitarização das Polícias Militares deve ser assumida, em primeiro lugar, pelos próprios praças. Trata-se de uma luta por direitos democráticos. Para que possam se libertar do desrespeito, dos desmandos e abusos a que são submetidos pelo código disciplinar das PMs. Para que tenham direito a construir seus sindicatos e a fazer greve, como qualquer trabalhador, incluído aí o direito de se recusar a cumprir ordens absurdas ou ilegais do seu Comando.

Essa também é uma política que deve ser assumida e apoiada por toda a população, pois abriria melhores condições para combater abusos, para lutar para que as instituições policiais estejam a serviço de garantir a segurança pública efetivamente, e não os interesses políticos e econômicos de governantes e grandes empresários. Junto com a luta pela desmilitarização, defendemos ainda um conjunto de outras medidas de caráter democrático, como o direito de a população e os praças elegerem os comandantes e delegados de polícia.

Enquanto o sistema for o capitalismo, os aparelhos policiais, assim como o Estado, vão sempre estar a serviço da proteção dos interesses da classe dominante, das elites. No entanto, é muito importante que haja mecanismos de controle da sociedade sobre a violência policial contra os trabalhadores e o povo. Ou seja, não é menos importante ter mais direitos democráticos, pois implica melhores condições para seguir adiante com a luta para mudar esta sociedade, para acabar com toda forma de exploração e opressão. Por isso, também para os trabalhadores interessa a luta pela desmilitarização da PM.

A tendência hoje é o agravamento da situação de violência em que vivemos, devido a piora das condições econômicas, políticas e sociais. A classe trabalhadora, suas organizações e a população em geral precisam manter e fortalecer a denúncia veemente e a exigência de punição rigorosa a todo ato de violência praticado por policiais contra a população e os trabalhadores; assim como estender a denúncia e exigência de punição aos comandantes e governadores que são os responsáveis pela ação das polícias.

No entanto, isso não deve ser motivo para os trabalhadores se negarem a defender e apoiarem as lutas dos policiais quando realizadas em defesa de reivindicações justas, como a defesa de melhores salários, condições dignas de vida, defesa de seus direitos democráticos, como direito de organização, direito de greve, direito de expressão, direito de não cumprir ordens absurdas e ilegais, fim dos abusos praticados por seus comandantes, etc. Essas lutas dos policiais devem ser tratadas como a luta de qualquer outra categoria de trabalhadores. Não podemos tomar a totalidade dos policiais pelos seus comandantes, governantes, ou pelo que fazem milicianos e aqueles que cometem crimes contra a população.

Bolsonaro atua conscientemente para ganhar os policiais e usá-los contra os trabalhadores e o povo pobre para impor sua ditadura ao país. Os trabalhadores e suas organizações precisam mostrar aos praças, a falácia que são as promessas do Presidente. Dialogar com os praças no sentido de que o governo Bolsonaro está a serviço dos banqueiros e grandes empresários, que são eles os responsáveis pela exploração do povo, pela miséria de milhões que garante a fortuna de alguns poucos – e também, em última instância, pelas privações, humilhações, adoecimento e injustiças a que os próprios praças e policiais civis são submetidos dentro das instituições policiais.

A defesa dos interesses do país e da maioria da população, de uma justiça verdadeira, está na luta da classe trabalhadora e dos setores oprimidos da sociedade. Apenas essa luta pode livrar o povo – e os policiais e suas famílias são parte do povo – das penúrias que o capitalismo impõe a todos. Portanto, é com a classe trabalhadora que devem estar os policiais, não contra ela. O apoio dos trabalhadores em geral e de suas organizações à luta dos policiais por suas legítimas reivindicações é importante para construir a unidade dos explorados.

Propomos:

- Desmilitarizar a Polícia Militar e garantir seus direitos democráticos e sociais;
- Estabelecer democracia nos quartéis e delegacias;
- Unificar as forças policiais e formar uma Polícia Civil Unificada;
- Criar a carreira única para policiais, via concurso público; os oficiais devem vir da base;
- Acabar com os privilégios e mordomias dos oficiais e delegados;
- Estabelecer o direito de greve e organização sindical para os policiais;
- Queremos uma polícia democrática, com oficiais e delegados eleitos pela base da tropa e pela população; policiais com direito à livre associação e livre filiação partidária; uma polícia desmilitarizada, desvinculada das Forças Armadas e, sobretudo, orientada pelos Conselhos Populares de Segurança Pública.

- VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

Combater o machismo e ampliar a rede de proteção às mulheres vítimas de violência

Estamos vivendo hoje toda a realidade trazida à tona pela pandemia da Covid-19. As estatísticas deixam claro quem mais sofre com todo tipo de violência, desemprego, fome e agressões.

De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro trimestre deste ano, o número de mulheres desempregadas subiu para 13,7%. São elas que saem às ruas disputando ossos e catando sobras para alimentar os filhos. As mulheres são vítimas da violência doméstica, do estupro, do assédio moral e sexual e do feminicídio. A violência contra a mulher triplicou no Brasil em 2021. Em 2022, houve 01 feminicídio a cada 8 dias no RN.

O anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou um aumento nos casos de estupro no RN. São dois estupros por dia em nosso estado, segundo os dados. Nos primeiros seis meses do ano passado, foram registrados 299 casos de estupro no Rio Grande do Norte. Já no primeiro semestre de 2022, foram notificadas 312 ocorrências, um aumento de 5% no total de casos, conforme os dados da Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Coine/ Sesed).

Os casos de violência e feminicídio apresentados nas estatísticas são assustadores. Um estudo realizado pela Rede de Pesquisa OBVIO (Observatório da Violência da UFRN), publicado em 2021, mostra que em uma década (entre 2011 e 2020) 1.050 potiguares foram assassinadas por serem mulheres. Isso significa que nesse período, a cada três dias, uma mulher foi morta no Estado. E esse massacre tem cor. O mesmo estudo mostra que oito em cada 10 dessas mulheres vítimas de feminicídio eram negras. O RN está em 5º lugar entre os estados mais violentos para as mulheres em todo país, segundo o Atlas da Violência 2021, divulgado em novembro passado. Estamos diante de uma Pandemia de Feminicídio no RN.

Isso está acontecendo no governo de uma mulher, cuja origem é popular, mas a política segue os padrões das oligarquias, dos ricos e poderosos, em detrimento das necessidades das mulheres trabalhadoras.

Sob o governo Fátima (PT), as ações de controle, de proteção às vítimas e de punição aos agressores são mínimas, não garantem tranquilidade para as mulheres. Até março de 2021, o RN tinha apenas 05 DEAMs (Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher) funcionando, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, e um anúncio do governo de criação de mais 4 delegacias especializadas. Isso tem se mostrado claramente insuficiente. O crescimento dos casos de estupro, de violência doméstica e feminicídio exigem ações firmes, amplas e permanentes investimentos. O machismo e a violência contra a mulher continuam crescendo, apesar da Lei Maria da Penha, o que também mostra o quanto a sociedade capitalista é incapaz de acabar com o machismo que ela mesma fomenta.

Propomos:

- Implementar uma ampla política pública de proteção e abrigo às mulheres vítimas de violência, articulando de maneira integrada as áreas de saúde, educação, assistência social, habitação, trabalho, direitos humanos e justiça. O governo socialista do PSTU terá políticas especiais de denúncia e enfrentamento ao atual quadro de violência contra as mulheres, garantindo o afastamento e a proteção da vítima desde a primeira ameaça sofrida, impedindo que as mulheres continuem sendo assassinadas e subjugadas;
- Garantir a construção de todas as creches necessárias, 100% gratuitas e com tempo integral para os filhos das mulheres trabalhadoras;

- Ampliar os recursos da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJDH), permitindo o desenvolvimento de políticas que garantam a defesa das mulheres que são cotidianamente violentadas, em situação de rua, de prostituição e de violência doméstica; pagamento de até 6 meses de salário social para sustento da mulher e dos filhos em caso de desabrigo e desemprego por conta da violência;
- Criar Projeto de Lei para licença especial e remunerada às servidoras públicas vítimas de violência machista e doméstica;
- Ampliar o número de restaurantes populares e implantar lavanderias públicas, com localização nas periferias das principais cidades.

- *NEGROS, NEGRAS e LGBTQI+*

Ampliar o combate ao machismo e à LGBTQI+fobia, com políticas públicas específicas

O Brasil é um país majoritariamente negro, com uma burguesia branca, de tradição escravocrata. A opressão racista neste país é um dos símbolos mais duros da realidade brasileira, revelada em particular no genocídio da juventude negra nos bairros pobres. Mas também na participação desta população no mercado de trabalho, ocupando os postos mais precarizados, na diferença salarial entre negros e brancos, na qual aqueles recebem os piores salários e não têm acesso às políticas públicas.

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais setores da classe trabalhadora. Assim, o racismo, o machismo e a LGBTQI+fobia são usados para aumentar cada vez mais os lucros dos grandes capitalistas, principalmente estabelecendo diferenças salariais e condições precárias de trabalho. O que temos visto desde a fase mais aguda da pandemia é que negros e negras foram os mais afetados pelo desemprego, os que tiveram maior perda de renda, número de horas trabalhadas e participação no mercado de trabalho. É essa a lógica perversa à qual nos referimos. São negros e negras que estão em atividades econômicas como comércio, construção civil, serviços domésticos e, evidentemente, nos setores informais.

No Rio Grande do Norte, 49% de negros e negras trabalhavam sem carteira assinada. Esse dado refere-se ao segundo trimestre de 2021 e foi divulgado pelo Departamento Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Esse percentual da população tem trabalho desprotegido, alguns são autônomos e, por não terem carteira assinada, não contribuem para a previdência social. Nesse estudo, divulgado em 20 de novembro de 2021, o DIEESE apontava como conclusão que a desigualdade entre brancos e negros se aprofundaria bastante durante a pandemia.

Estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que a taxa de desocupação da população parda e preta, que sempre foi historicamente maior do que a dos brancos, havia atingido números recordes no segundo trimestre de 2020. O IBGE mostrou que, entre os indivíduos de cor preta, o índice de desemprego chegou a 17,8%, entre os pardos a 15%, enquanto que os brancos foi apenas de 10,4%. Segundo o mesmo estudo, o perfil mais comum do desempregado foi de homem jovem de cor preta com ensino médio incompleto ou equivalente.

O cenário do Brasil pós pandemia é o de perda de direitos, mais desemprego e um aumento absurdo da pobreza e da fome. Tudo isso tem um peso ainda maior sobre a maioria da nossa classe, que é negra e mora nas periferias, onde ocorreu a maior quantidade de óbitos provocados pela Covid-19. Para efeitos de comprovação, basta citar os dados da PNAD contínua – pesquisa por amostra de domicílio/IBGE – que apontavam para uma taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2020 de 15,4% no RN; dos desalentados, aqueles que já nem procuram mais empregos, os números apontavam para 172 mil pessoas.

Genocídio do povo negro – Falamos em genocídio porque há um extermínio do povo preto, vítima da violência diária, seja pelo crime organizado ou pelas abordagens policiais nas periferias, onde as mortes são comuns. No Rio Grande do Norte, um jovem negro tem quatro vezes mais chances de ser morto do que um não negro. Esse número, além de alertar sobre a violência crescente, da qual o nosso estado ocupa os primeiros lugares, demonstra também a farsa que é o mito da democracia racial. Um estudo elaborado pelo Ipea, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, baseado no Atlas da Violência (2022), aponta que jovens negros têm 4 vezes mais chance de morrer no Rio Grande do Norte.

A democracia racial supõe a existência da plena igualdade entre as pessoas de cor, raça e etnia diferentes. Mas todos os dados de violência apontam para a inexistência dessa igualdade sob o capitalismo. O povo preto só é a maioria quando se trata de receber tratamento violento, enquanto é minoria no quesito ter direitos. Mais do que igualdade formal, através de secretarias ou programas destinados à promoção da igualdade racial, é necessário garantir orçamento para funcionamento dos programas, planos e políticas públicas.

A população negra é a que mais sofre a exploração e a opressão em nossa sociedade. Herança do período da escravidão, ainda não superada e que jogou a população negra nas ruas, sem nenhum tipo de reparação pelos quase três séculos de escravização. O governo do PSTU terá a luta contra o racismo, e suas consequências para os trabalhadores, como uma das prioridades. Defendemos uma profunda política de combate ao racismo e de compensação ao povo negro, como a ampliação do sistema de cotas nas universidades estaduais e serviços públicos, por exemplo.

Abaixo todas as formas de opressão – É preciso combater todas as formas de opressão – machismo, racismo e LGBTfobia – que dividem a nossa classe e aumentam a desigualdade entre os trabalhadores. Quando falamos sobre violência e verificamos os dados relativos ao feminicídio, os números são sempre altos quando se referem às negras e jovens (15 a 29 anos). No que se refere às pessoas LGBTs, a violência é uma combinação de machismo, LGBTfobia e racismo, além da invisibilidade que faz com que os casos não sejam notificados ou não sejam tratados e punidos como tal.

O registro e o combate às violências sofridas pela população LGBT é uma demanda urgente e necessária em todo o país. Aqui no RN temos uma defasagem muito grande no que diz respeito a esse registro e combate, o que acarreta uma implementação de políticas públicas que não partem das necessidades e dos perfis das pessoas ou mesmo na completa ausência de resposta do estado para enfrentar a violência LGBTfóbica. Na prática, os direitos da população LGBT estão entre os mais esquecidos ou mesmo ameaçados pelos sucessivos governos, desde a extrema direita de Bolsonaro até os reformistas que se aliam com a direita e oligarquias.

Além da invisibilidade e da violência, ainda há a falta de promoção e garantia de direitos para as LGBT. É preciso construir uma rede de apoio e proteção a este setor tão oprimido na sociedade capitalista, sobretudo na classe trabalhadora. Aliado a isso, defendemos a realização de amplas campanhas de conscientização nas escolas, repartições públicas e empresas estatais, além de propaganda oficial e legislação que ajude a constranger, combater e punir as práticas discriminatórias em todos os ambientes.

Propomos:

- Realizar campanhas oficiais e permanentes de combate ao racismo, machismo e LGBTfobia;
- Estabelecer políticas de compensação ao povo negro, como a ampliação do sistema de cotas nas universidades estaduais e serviços públicos;
- Criar um sistema de cotas para os setores oprimidos nos planos emergenciais de combate ao desemprego no RN;
- Em diálogo com os movimentos sociais, ampliar e fortalecer a legislação para punir com rigor os crimes de racismo, violência machista e LGBTfobia, em especial os casos de assassinatos;
- Criar orçamentos específicos para as políticas públicas que atendam a população LGBT.

- CONSELHOS POPULARES

Quebrar a estrutura corrupta e antidemocrática dos governos e parlamentos; criar uma nova forma de governar apoiada nos Conselhos Populares!

Essa “democracia representativa” é antidemocrática e está podre por dentro e por fora, destruída pela corrupção do poder econômico e dos políticos profissionais que representam os interesses dos grandes empresários. Essa “democracia burguesa”, exercida pelos governos, parlamentos e judiciário, é falsa e só favorece aos ricos. Ela dá igualdade para todos apenas no papel. Na vida real, os ricos têm tudo e os pobres, muito pouco. Na prática, os ricos e seus políticos decidem tudo; enquanto os trabalhadores e a população pobre não decidem nada, mesmo votando a cada dois anos. Isso porque, no sistema capitalista e nesta falsa democracia, não há um poder direto do povo organizado para tomar suas decisões. Por exemplo: pesquisas de opinião demonstravam que a maioria da população era contra as reformas trabalhista e da previdência, e mesmo assim os governos e os parlamentos aprovaram estas duas medidas que praticamente acabaram com os direitos trabalhistas e a aposentadoria. Os trabalhadores do país inteiro sequer foram ouvidos.

É preciso mudar tudo isso, desde o sistema até a forma de governar o país, os estados e municípios. Devemos acabar com os privilégios e altos salários dos políticos e governantes, ao mesmo tempo em que precisamos construir novos espaços de poder dos trabalhadores e do povo organizado.

Para nós, do PSTU, a política não pode ser um meio de enriquecimento pessoal. A política deve ser uma doação que o representante realiza para com a sociedade, e não um trampolim para se tornar milionário. Defendemos a redução dos salários de todos os políticos do Estado. No governo do PSTU, vamos propor e garantir que os altos cargos do Governo Estadual, começando pela Governadora, recebam o salário médio de um trabalhador especializado ou o salário que o eleito ou eleita recebiam

antes de assumir o cargo. Além disso, propomos que os mandatos dos políticos e parlamentares sejam revogáveis a qualquer momento, caso descumpram o programa e as propostas apresentadas à população durante a campanha. Isso deve ocorrer antes das próximas eleições, a partir de uma decisão da população.

Para mudar a forma de governar, garantindo uma democracia mais ampla para os trabalhadores e o povo, defendemos a criação e a organização dos Conselhos Populares, como forma de exercer um governo direto da população trabalhadora do RN. Estes espaços de discussão e deliberação popular serão formados por representantes eleitos de forma direta nos locais de moradia, estudo e trabalho, através de assembleias setoriais. As eleições para os Conselhos Populares serão anuais, com mandatos revogáveis e possibilidade de apenas uma reeleição, de modo a garantir a rotatividade.

No governo, o PSTU estará subordinado às decisões dos Conselhos Populares, que serão soberanas. Toda a distribuição e execução do orçamento estadual será debatida e decidida soberanamente nestes Conselhos Populares. Utilizaremos também os plebiscitos consultando toda a população sobre as questões mais importantes do Estado.